

1 **Ata 06/2026** – No dia vinte e dois do mês de junho de dois mil e vinte e seis às treze horas e
2 trinta minutos, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade
3 Racial (COMPIR), online, através da plataforma Google Meet, para **Reunião Extraordinária**,
4 contando com a presença dos seguintes conselheiros/as GESTÃO 2025-2027: Alex Sander da
5 Silva, Eliana Teixeira Pinto Massola, Emmanuel Stessy Amoa Rodrigues Da Guia Nyamien,
6 Amanda da Silva Santos, Cleversson Morgan Garicoix, Cristina Becker e Tailis Cristina da
7 Silva Rocha. A Sra. Eliana agradece a presença de todos e faz a leitura da **PAUTA**: a)
8 Deliberar pela adesão à Deliberação nº 010/2026 – CONSEPIR, “Apoio e Fortalecimento da
9 Política Pública para Povos Indígenas, C.R. de Quilombo, Ciganos e C.T. de Matriz Africana e
10 de Terreiro”. **Item de Pauta A – Deliberar pela adesão à Deliberação nº 010/2026 –**
11 **CONSEPIR, “Apoio e Fortalecimento da Política Pública para Povos Indígenas, C.R. de**
12 **Quilombo, Ciganos e C.T. de Matriz Africana e de Terreiro”**: A Sra. Cristina faz a
13 apresentação da Deliberação nº 010/2026 do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade
14 Racial do Paraná (CONSEPIR), que dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Fundo
15 Estadual de Promoção da Igualdade Racial (FUNDEPPIR) aos municípios, na modalidade
16 fundo a fundo, no valor de R\$5000 destinados ao fortalecimento de políticas públicas voltadas
17 aos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT). O objetivo é apoiar a implementação e
18 qualificação de programas e ações que promovam a igualdade racial, a garantia de direitos, o
19 enfrentamento ao racismo, a valorização das identidades culturais e o fortalecimento da
20 participação social de povos indígenas, comunidades quilombolas, povos ciganos, povos de
21 matriz africana e de terreiro, além de outros povos e comunidades tradicionais. Então ela
22 apresenta a proposta de utilizar os valores para a realização de um workshop voltado à
23 promoção da igualdade racial, com duração aproximada de oito horas, aberto aos
24 conselheiros, servidores e à comunidade em geral. O objetivo é alcançar um público amplo por
25 meio de ações de informação, sensibilização e mobilização social, priorizando a formação
26 sobre relações étnico-raciais e práticas antirracistas. Ela explica que está aguardo o retorno
27 das solicitações de orçamentos. A Sra. Amanda destacou a importância da deliberação
28 específica destinada aos povos e comunidades tradicionais, enfatizando que se trata da
29 primeira iniciativa estadual voltada exclusivamente para esse público, abrangendo indígenas,
30 quilombolas, povos ciganos e povos de terreiro. Os conselheiros discutiram ainda alternativas
31 para reduzir os custos da ação por meio de parcerias institucionais. Foi sugerido solicitar a
32 cessão de servidores públicos ou professores universitários para ministrarem palestras,

33 utilizando os recursos apenas para custear despesas com transporte, alimentação e
34 hospedagem, quando necessário. A proposta foi considerada viável, desde que observadas as
35 exigências legais e administrativas relativas à contratação e ao vínculo funcional dos
36 profissionais convidados. Ao longo da reunião, foi enfatizado que o principal objetivo da
37 aplicação dos recursos é promover ações de informação, sensibilização e mobilização da
38 comunidade sobre a promoção da igualdade racial. Os participantes destacaram que a
39 formação não deve se restringir aos conselheiros ou aos profissionais da rede de atendimento,
40 mas alcançar a população em geral, contribuindo para o enfrentamento do racismo estrutural e
41 para a ampliação do conhecimento sobre os direitos da população negra e dos povos e
42 comunidades tradicionais. Durante o debate, foi discutida a importância de definir um tema e
43 um título mais específicos para a atividade formativa. Os conselheiros avaliaram que
44 expressões muito amplas, como "práticas antirracistas", podem abranger diversos assuntos e
45 dificultar o direcionamento da capacitação. Nesse sentido, foi sugerido que o evento seja
46 voltado especificamente aos povos e comunidades tradicionais, contemplando questões
47 relacionadas aos povos indígenas, quilombolas, ciganos e povos de terreiro, em consonância
48 com a finalidade da deliberação estadual. Ficou esclarecido que essa definição será
49 importante para orientar a elaboração dos orçamentos e a contratação dos profissionais
50 responsáveis pelas palestras e atividades. A Sra. Eliana coloca o item em deliberação e é
51 **aprovado**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente ata, a qual será encaminhada
52 por e-mail aos conselheiros para eventuais apontamentos e na próxima reunião ordinária deste
53 conselho, a ata será aprovada e assinada pelos presentes.